**Plano Nacional de Literacia de Adultos**

**Reunião de Grupo de Desenvolvimento nº 4:**

**Tema A Promoção da Literacia em Contexto de Trabalho**

**Relatório Final**

1. **Nota Prévia**
2. **Introdução ao tema;**
3. **Desenvolvimento;** 
   1. **Principais considerações tecidas pelos intervenientes;**
   2. **Recomendações e sugestões, ao nível das práticas e das políticas.**
4. **Conclusão**
5. **Nota Final**
6. **Nota Prévia**

Este Relatório Final, que seguirá a estrutura atrás explicitada, procura sistematizar o debate e a reflexão que ocorreram no âmbito deste grupo. Nele participaram quinze pessoas oriundas de diferentes contextos académicos, empresariais, sindicais, autárquicos, geográficos, formativos e educativos, com percursos de vida, idades, visões do mundo e abordagens anteriores à temática muito variadas. É de assinalar que as quinze pessoas envolvidas aceitaram sem hesitação o convite que lhe havia feito e apresentaram uma taxa de presença nas três reuniões bastante significativa (dois terços participaram nas três reuniões e o restante terço em duas). O debate foi sempre intenso e participado e, diria, até surpreendentemente consensual no que toca ao essencial do diagnóstico e das terapias propostas.

1. **Introdução ao tema**

Portugal padeceu de um longo período de aposta política na ignorância, na pobreza e na docilidade da população como forma de a controlar politicamente. A este período sucedeu-se um outro já quase tão longo durante o qual e apesar do enorme caminho percorrido, não fomos ainda capazes de resolver este problema. Considerando que a esmagadora maioria da idade adulta de cada cidadã/ão se desenvolve ao longo da vida profissional, as realidades mercado de trabalho, escola (em sentido lato), profissão não podem ser ignoradas quando falamos em Educação ao Longo da Vida (ELV).

A grande massa dos empregos era pouco exigente do ponto de vista escolar e mesmo do ponto de vista profissional, prevalecendo a ideia de que as aprendizagens profissionais se fariam em contexto de trabalho e decorrentes do passar do tempo.

Perante esta realidade que se estendeu durante parte considerável da Democracia, as questões da ELV e da literacia foram sempre preocupação de alguns poucos e a melhoria dos seus níveis esteve muitas vezes ausente se não do discurso político, seguramente das opções de política pública.

A abertura de Portugal ao exterior, a adesão à UE, a globalização e o acelerar da incorporação do conhecimento no trabalho alterou radicalmente o quadro existente e obriga-nos a um enorme esforço que hoje parece consensual, apesar de subsistirem largos setores do aparelho produtivo ainda devedores da antiga lógica.

A introdução da escolaridade obrigatória de 12 anos e o objetivo de, pelo menos, metade dos jovens no ensino secundário frequentarem ofertas de dupla certificação veio acompanhar os progressos que muitas empresas fizeram no sentido de aumentarem a sua produtividade com base também na melhoria das qualificações dos seus trabalhadores.

As progressivamente maiores exigências de conhecimento para o ingresso e a manutenção no mercado de trabalho podem provocar, se não acompanhadas de políticas e de práticas de aumento dos níveis de literacia, uma época de medo do conhecimento (“os robôs vão roubar o meu emprego?”) e de radicalização o que em muitos lugares se vai já observando. A ausência de conhecimento é já hoje um fator de exclusão de acesso ao emprego, acentuando esta tendência. O mundo muda a uma velocidade muito maior do que a capacidade dos líderes para o fazer e ainda mais do que a de algumas instituições como a escola.

A aposta no alargamento do acesso ao ensino superior tem de ser acompanhada por políticas claras de aposta nas formações intermédias, quer para os mais jovens, quer, através da formação profissional, para os que se encontram já inseridos no mercado de trabalho, e deixar de ser o referente de todos os debates públicos nacionais sobre Educação e Formação.

1. **Desenvolvimento**

Não tendo havido uma orientação muito diretiva sobre o rumo da discussão (sobretudo nas duas primeiras reuniões), o debate e a reflexão, embora usando como guião os pontos propostos, seguiu lógicas menos estruturadas. Assim, o que a seguir se apresenta traduz, por um lado, as intervenções que ocorreram e que quase sempre incluíram, de forma implícita ou mesmo explícita propostas de atuação de nível micro ou macro, político, organizacional ou metodológico, e de conceção ou desenvolvimento do PNLA e, por outro, uma arrumação possível das propostas surgidas.

* 1. **Princípios gerais**
     1. **Políticos**

A política de aposta na melhoria de qualificações académicas e profissionais, de democratização do acesso à informação e ao conhecimento deve ser um vetor estruturante das políticas públicas quer como forma de melhorar a nossa capacidade produtiva, quer sobretudo como forma de empoderamento de todas/os e de aumento da participação cidadã, da justiça e da coesão social.

Nesse sentido, apresentam-se as **seguintes propostas**:

* + - 1. Assumir que o direito à educação não se esgota no fim da escolaridade obrigatória, acompanha cada cidadã/ão até ao fim da sua vida, adequando-se à sua realidade familiar, económica, etária, profissional, etc.
      2. Tornar este projeto num desígnio nacional de grande abrangência política e que possa resistir às mudanças governamentais, tornar este um assunto de *policy* e não de *politics*;
      3. Colocar a questão no centro da concertação social, como forma de envolver todos aos atores sociais e políticos, procurando equilibrar alívio fiscal (não agradará ao Governo), com aumentos aos trabalhadores em resultado das qualificações desenvolvidas (não agradará aos empresários);
      4. Tornar claro de forma objetiva e mensurável, que vale a pena aprender, e, por isso, tem de ser claro para cada cidadã/ão, para cada empresa, para cada autarca, para todo o país, qual o retorno expectável;
    1. **Financeiros**

Não existem políticas públicas que se possam ficar pelo discursivo e que não sejam acompanhadas das respetivas condições de financiamento, naturalmente, equilibradas entre a prioridade política pretendida e a realidade orçamental.Nesse sentido, apresentam-se as **seguintes propostas**:

* + - 1. A opção política de reforçar a ELV tem de ter tradução no orçamento respetivo;
      2. Estabelecer métricas, orientações e esquemas de financiamento que potenciem a colaboração e não a competição como atualmente acontece;
      3. Evitar que os mecanismos de financiamento se tornem num entrave à atuação e que se tornem no núcleo mais importante do projeto, acabando mesmo por o redefinir em vez de ser uma ferramenta para a sua concretização (aprender com os erros do passado/presente)

* 1. **Princípios organizacionais**

A criação de estruturas destinadas a desenvolver políticas públicas corre sempre o risco de a estrutura se tornar mais importante do que o objeto do trabalho, por outro lado, não é imaginável que uma atuação coerente, intencional e com resultados concretos expectáveis possa existir no vazio, nem baseada no princípio da boa vontade, do voluntariado, da cooperação informal. Será avisado que a estrutura aproveite o que existe e que seja tão leve quanto possível e tão forte quanto necessária.

Nesse sentido, apresentam-se as **seguintes propostas**:

* + 1. Criar sistema de suporte, utilizando o que existe, mas de forma articulada, coerente e claramente intencional, mobilizando todas as entidades com capacidade de chegar à população sem qualquer tipo de preconceito (as escolas, as empresas, as autarquias, os sindicatos, as associações, os clubes desportivos, as universidades, os serviços públicos, as confissões religiosas);
    2. Criar Sistema de orientação profissional ao logo da vida
    3. Criar efeitos de ancoragem colocando metade da formação em horário de trabalho (faz parte do trabalho, não é opção);
    4. Criar públicos nas empresas para o “nosso produto” (“- quem vai comprar o que queremos vender?”);
  1. **Princípios metodológicos**

A forma como se faz pode, obviamente, ditar o sucesso ou o insucesso das políticas sejam públicas ou privadas. Esteve sempre presente na discussão a ideia de utilizar o que temos, constituir redes de atuação, flexibilizar e adaptar a atuação.

Nas três sessões, foi várias vezes afirmado que deveríamos focar a nossa ação e clarificar os conceitos, os objetivos ou os atores. Todos concordamos, mas ficou também claro que o PNLA se deverá destinar a cobrir uma gama muito abrangente de situações e que não devemos privilegiar umas em detrimento de outras.

São tão básicas e necessárias competências como saber ler ou escrever (grau mínimo e ainda não dominado por cerca de meio milhão de portuguesas/es), como saber lidar com as chamadas novas tecnologias, dominar línguas estrangeiras ou lidar com a nossa dependência com instituições financeiras (em cujas operações assumimos cada vez mais funções anteriormente a cargo dos respetivos profissionais).

A tudo é necessário responder, ainda que não ao mesmo tempo, não com a mesma exigência de imediatismo, não com as mesmas abordagens e/ou metodologias.

Nesse sentido, apresentam-se as **seguintes propostas**:

* + 1. Assentar a atuação na relação entre o que cada um/a não sabe (naturalizar a ignorância para a combater) e o que sabe (valorizar e aproveitar o percurso)
    2. Conquistar as pessoas pelo seu saber (as artes locais, a experiência profissional, …) e, a partir daí, desenvolver cada projeto individual;
    3. Criar módulos em que as/os formandas/os sejam também formadoras/es, mostrando e partilhando o que sabem e o que fizeram na sua vida;
    4. Ter estratégias adaptadas a várias realidades (as microempresas, os grandes grupos, as mulheres, as/os jovens, as/os analfabetas/os, …)
    5. Tornar a escola pública disponível para as/os adultas/os que a frequentaram anteriormente e nela queiram aprofundar conhecimento e desenvolver (novas) competências;
    6. Chegar às pessoas através dos seus consumos tradicionais (as telenovelas, os programas matinais de televisão, o futebol, as redes sociais);
    7. Envolver, desde o início, as empresas na conceção e no desenvolvimento do plano a aí implementar;
    8. Estabelecer planos de formação básica e digital e de cidadania para as/os desempregadas/os;
    9. Incluir a fluência de línguas estrangeiras no conceito de literacia a trabalhar no âmbito do PNLA;
    10. Realçar a importância das humanidades (“Ensinar a condição Humana” E. Morin), a ELV não poderá ter só em mente a economia, tal com a educação básica e secundária não o tem;
    11. Orientar o processo para o empoderamento pessoal e, sem descurar as competências cognitivas, realçar as competências éticas, estéticas, políticas, profissionais e de participação cidadã;
    12. Pautar todo o sistema por altos níveis de exigência e de qualidade (na estrutura, nos profissionais, nos processos, nas certificações);

1. **Conclusão**

Como conclusão podemos claramente afirmar que o PLNA é **necessário**, **possível** e tem **potencial para mudar** a vida de todas/os e de cada uma/a.

Para que tal aconteça deve ser coerente e pertinente do ponto de vista simbólico, político, das estruturas financeiras e do regulamento. Tem de ser significativo e intencional para cidadãs/ãos, empresas, autarquias, comunidades locais, para o País.

O projeto deve ser baseado na realidade e não no “devia ser”, partir do contexto de cada um/a e levá-la/o para fora desse contexto (abrir horizontes).

O Estado enquanto impulsionador deve obrigar-se a começar por si próprio, pelas/os seus/suas trabalhadoras/es e dirigentes.

1. **Nota Final (e pessoal)**

Embora não tenha sido objeto de qualquer debate no seio do grupo e resulte de uma reflexão estritamente pessoal, sinto que devo partilhar um incómodo lateral e sem importância quanto ao conteúdo do PNLA, mas talvez já não tão lateral quanto à forma. Refiro-me à própria designação Plano Nacional de Literacia de Adultos, traduzido na sigla PNLA.

A designação parece-me pouco mobilizadora e até na lógica de vender o nosso produto que foi muito acentuada neste grupo, não creio que seja fácil de apreender e de compreender.

Em momentos anteriores, programas houve com nomes que ficavam e ficaram na memória, na lógica tão atual dos *soundbytes* contra a qual nada tenho se tiver um conteúdo subjacente (por exemplo *Novas Oportunidades* ou mesmo o atual *Qualifica*) da mesma maneira nomes que de tão impronunciáveis simbolizavam, creio que intencionalmente, o pouco carinho que o poder político por eles nutria (mais uma vez, na mesma área os CQEP…).

Assim, atrevo-me a sugerir que se possa pensar num nome mais sugestivo (Mais Literacia, Literacia para todas/os, Saber mais, …, eventualmente seguido do subtítulo Plano Nacional de Literacia de Adultos).

Ainda neste âmbito e de caráter ainda mais subjetivo assinalo também que a sigla PNLA tem claras ressonâncias angolanas (FNLA, MPLA) que não me parece ajudem à identificação e apropriação positiva da “coisa”. Finalmente lembro que o *lettering* ou fonte usada na sigla PNLA foi, no final dos anos 70 e no início dos anos 80, usado por uma aliança partidária, o que tem dois inconvenientes: tipo de letra “antigo” e com memórias político-partidárias.

**Porto, 26.02.2019**

**António Leite**